



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **8. DESENVOLVIMENTO**

FORTALEZA, CE, 24 DE JUNHO.

DURANTE O 1º ENCONTRO DE INVESTIDORES NACIONAIS DO NORDESTE.

Foi com real satisfação que recebi o convite para encerrar esta reunião, primeiro encontro de investidores nacionais do Nordeste. E' que, na vida dos povos, pelo menos tão importante quanto o que realizam, é aquilo em que acreditam. O que acabais de efetuar constitui inequívoca demonstração de que os brasileiros, em particular os nordsetinos, sepultaram o velho ceticismo que os conformava ao subdesenvolvimento e passaram a ter fé nas possibilidades de progresso e riqueza da região. Após dezenas e dezenas de anos, durante os quais parecia resignado a tudo esperar do paternalismo da União, como se maldita fatalidade o houvesse tornado incapaz de grandiosas iniciativas, o nordestino não somente passou a reagir contra o subdesenvolvimento, mas está plenamente convencido de possuir condições para criar uma nova civilização que assente no bem-estar coletivo. E nada mais importante do que essa fé no próprio futuro.

Igualmente auspicioso e fundamental, para proporcionar meios que acelerem a concretização daqueles anseios de progresso, é que empresários de outras regiões já desenvolvidas atendam ao apêlo e às facilidades que lhes são concedidas, e venham associar-se à luta nordestina em busca da prosperidade. Circunstância que além de propiciar vantajosas perspectivas para novos investimentos, concorre para tornar o Brasil mais unido, mais solidário, e, portanto, isento de quaisquer ressentimentos regionais. Não é outro o objetivo e o sentido do encontro ora realizado por iniciativa da Federação das Indústrias do Ceará, da SUDENE e da Confederação Nacional da Indústria.

Mas, acima de tudo, é êle a palpável demonstração de quanto tem sido eficiente e frutuosa, nos últimos anos, a ação da SUDENE. Abandonou-se a longa e infeliz fase das especulações teóricas, que tentaram fazer do Nordeste um imenso campo de experiências e explorações políticas. Emergiu, assim o atual período no qual não há outra preocupação senão a de dar às populações nordestinas a oportunidade de encontrar, pelo trabalho bem orientado, pela educação, por adequadas condições sanitárias, uma vida melhor e, em alguns casos, até mais humana.

Seria, porém, grave erro quereremos encarar o fenômeno da recuperação do Nordeste, que hoje se verifica dentro de índices tão expressivos e animadores, sem o considerarmos como natural decorrência da política geral do Govêrno no campo econômico e financeiro.

Inicialmente, é inclusive para reanimar o empresariado nacional, cuja capacidade de planejamento e de investimento estava inteiramente perturbada pela inflação, tivemos de travar a dura batalha contra a acelerada desvalorização do dinheiro, ao mesmo tempo em que se tornou imperativo redistribuir a renda nacional, reformar a política tributária e revigorar o aparelho arrecadador.

Era, pois, uma luta em várias frentes, e na qual houve que exigir sacrifícios, não somente do povo, mas daqueles que, pelo hábito, se haviam acostumado à enganosa euforia do processo inflacionário. Felizmente, pôde o país contar à frente do Ministério da Fazenda com a competência, a determinação e a serenidade do Ministro Octávio Bulhões, cuja tranqüila modéstia corre parrelha com os altos objetivos da ação que tem empreendido para pôr termo ao descalabro a que chegáramos, entre a inconsciência de uns e a cupidez de alguns poucos beneficiários. E', sem dúvida, um grande brasileiro que enaltece o Govêrno.

Também o empirismo e o improvisado, que traziam no bôjo a incerteza do dia-a-dia, tiveram de ser relegados para dar lugar a um planejamento compatível com o nosso tempo. Abandonou-se o acaso, que é aleatório, para adotar o planejamento, que é previdente, seguro e traçado para o futuro. Foi tarefa confiada ao Ministro Roberto Campos, com a integral solidariedade do

Govêrno e que, para bem servir ao país, opôs-se a poderosos interesses, que prosperavam à custa de favores concedidos em detrimento da nossa economia. Hoje, através de numerosas medidas que põem ao alcance de todos, e não de grupos privilegiados, facilidades de financiamento, e que incentivam nossas exportações, preparamo-nos para ter uma economia livre de distorções e compatível com uma nação democrática. Felizmente, e como é próprio dos verdadeiros patriotas, não lhe tem faltado ânimo para suportar a injustiça dos ataques, cujas causas bem conhece, e prosseguir com firmeza em busca de iniciativas em favor do Brasil e do bem-estar do povo. E' inegavelmente outro grande brasileiro, cujos conhecimentos excepcionais, perseverança no árduo cumprimento da missão e devotamento à causa pública o elevam, como ao Professor Octávio Bulhões, à admiração no julgamento da política econômico-financeira do Govêrno.

E se o país muito lhe deve, não menor é a dívida do Nordeste, a cujo desenvolvimento tem estado sempre atento. São dêle, por exemplo, estas observações, feitas justamente a propósito dêste conclave: «Enxergo duas causas importantes no nôvo Nordeste. Primeiro a descoberta, pelo nordestino, de sua própria potencialidade; segundo, a descoberta do Nordeste pelo empresário do Sul. A importância da primeira descoberta é que o Nordeste começa a escapar a duas sinas que o perseguiam num sentido fatalístico da sua própria pobreza e uma tradição de dependência em relação ao paternalismo do Estado. Essas duas causas são a receita da estagnação; o abandono delas a semente do desenvolvimento».

E' justamente isso que emerge da vossa reunião, realmente rica de sugestões e ensinamentos de extraordinária valia para a continuidade do desenvolvimento do Nordeste, pois, além de um melhor conhecimento da experiência de cada qual, foi a oportunidade para se evitar a pulverização de recursos, por muitos considerada como danosa ao melhor aproveitamento dos mesmos.

Outra lição a tirar dêste encontro é a eficácia dos incentivos fiscais, que o Govêrno acredita aprimorados pelo recente decreto, último assinado pelo Ministro Cordeiro de Farias, e que regulamentou o parágrafo terceiro do artigo 18 da lei 4.869. Realmente,

têm sido os incentivos fiscais útil instrumento de correção dos desequilíbrios econômicos regionais.

Através da isenção parcial do imposto de renda, foram os investidores das regiões mais ricas do país convidados a orientarem seus investimentos na direção do Norte e do Nordeste. O Governo lhes facilitou a tarefa, concentrando-se na criação da infra-estrutura de energia, transporte e educação. Mas, em vez de utilizar diretamente a totalidade da receita dos impostos, abriu a oportunidade para que os investidores privados, acrescentando seus próprios recursos aos liberados pelo Governo, mobilizassem sua capacidade criadora, sua experiência de negócios, sua flexibilidade de decisões e iniciativa, a fim de impulsionarem o desenvolvimento do Nordeste. O fato de situar-se a taxa de crescimento desta região, nos últimos anos, em nível superior à do resto do País, indica a eficácia dessa política de redistribuição de renda, assim como o progresso efetuado na boa utilização dos dinheiros públicos, não mais sujeitos às injunções político-partidárias ou ao desperdício pela corrupção administrativa.

Também constitui útil ensinamento ver-se que desenvolvimento econômico não é mera função de recursos financeiros. Exige tanto a capacidade administrativa e empresarial quanto a elaboração cuidadosa de projetos, sem o que dinheiros públicos e privados correm o risco de ser desperdiçados, como o foram no passado, sem exercer o almejado impacto positivo sobre o desenvolvimento da região. A idéia da criação de uma «Bôlsa de Projetos», que informe os investidores privados sobre oportunidades de aplicação e fomenta o trabalho de projetamento e planejamento, demonstra clara percepção de existir distância enorme entre a simples aspiração e o projeto concluído, entre a concepção e a construção exequível, entre o entusiasmo utópico e a realização positiva.

Também importante é haver-se estabelecido um clima de cooperação sincera entre a iniciativa privada e os órgãos governamentais de desenvolvimento regional, como a SUDENE e o Banco do Nordeste. Houve no passado acusações, em parte bem fundadas, de excessiva burocratização de decisões e, em alguns casos, de preocupação estatizante, que buscava substituir-se à iniciativa privada na escolha de projetos e nas decisões de investimento.

Retardava-se, assim, quando não se impedia, a realização tão urgente de investimentos criadores de renda e empregos na região. É justo registrar que tanto a SUDENE como o Banco do Nordeste tornaram consideravelmente ágeis os seus mecanismos de decisão como testemunha o volume de projetos e financiamentos aprovados em benefício do Nordeste nos últimos meses.

Sinal de que estamos no caminho certo, que o encontro de agora tornará mais frutuoso. Deve mesmo ser salientado que os participantes desta reunião acorreram atraídos pelo que já se convencionou chamar o nôvo Nordeste, designativo através do qual se procura caracterizar a promissora etapa aberta à região e em particular o papel que, no contexto do seu desenvolvimento, está reservado aos homens da empresa privada. Embora contando com o estímulo da SUDENE, vieram por iniciativa própria, para bem observar as extraordinárias oportunidades industriais que lhes são oferecidas e ouvir o relato da experiência dos empreendedores locais, em termos de uma conjugação de interesses que se revela, evidentemente, muito significativa para o futuro do Nordeste.

Por vêzes, entretanto, a desejada e indispensável colaboração entre o Govêrno e as classes produtoras tem sido perturbada por preconceitos e inverdades que nos cumpre esclarecer. Uma destas, por exemplo, é que haja o Govêrno exaurido o setor privado, tirando-lhe excessivos recursos pela tributação ou negando-lhe a necessária expansão de crédito. A rudimentar verdade, entretanto, é que a pressão exercida pelo Govêrno sôbre o setor privado não se mede pela receita governamental e sim pela parcela de produção nacional de bens e serviços absorvida pelo dispêndio do Govêrno, e portanto fora do alcance da atividade privada. Verifica-se, sim, que a participação da despesa pública no produto nacional tem sido declinante e não crescente.

Em 1963, essa participação foi de 14,6%; baixou para 13,8% em 1964 e 13,2 % em 1965, conforme estatísticas ainda preliminares do valor da produção nacional no ano passado. Para 1966, prevê-se nova redução, de maneira que o dispêndio federal representará provavelmente apenas 12,2% da produção nacional esperada, liberando-se assim recursos maiores para a iniciativa privada. E"

também inexato que a política do Govêrno tenha restringido o crédito para a produção, a fim de alimentar dispêndios governamentais. A pressão exercida pelo Tesouro sôbre o mecanismo bancário mede-se pelos *deficits* orçamentários. Ora, o *deficit* do Tesouro declina continuamente, tendo sido financiado recentemente pela venda de obrigações, sem afetar a caixa do Banco do Brasil. No ano passado, nenhuma pressão foi exercida pelo Tesouro sôbre o sistema bancário. A forte expansão monetária verificada destinou-se exclusivamente a atender ao crédito agrícola, ao crédito industrial e ao crédito comercial.

A realidade é, pois, diferente das alegações. Desde 1953, a expansão de crédito para o setor privado vinha sendo inferior ao ritmo de aumentos de preços. Em 1963, tomados em conjunto, os empréstimos bancários e os aceites das sociedades de crédito e financiamento resultavam num decréscimo de 13%, em têrmos reais, de vez que a expansão do crédito foi inferior à elevação dos preços. Em 1964 êsse decréscimo, em têrmos reais, foi de apenas 6%. Já em 1965, a expansão do crédito para o setor privado, em têrmos reais, isto é, descontada a inflação, foi de quase 30 %, ritmo superior ao crescimento físico da produção. Isso sem computar os fundos especiais, como o FINAME e o FUNDECE.

O Govêrno deseja a expansão do crédito na proporção do crescimento previsível da produção, sem entretanto sancionar a remarcação indiscriminada de preços ou facilitar a transferência de custos ao consumidor.

Outra inverdade é haver o Govêrno falhado na consecução do combate à inflação, ou na retomada do desenvolvimento, objetivos que aliás não são fáceis de conciliar. Certamente, pelo fato mesmo de termos adotado uma solução gradual e não um tratamento de choque, a alta de preços não poderia ser detida rápida e milagrosamente. Certamente, no ano passado, emitimos mais papel moeda do que planejávamos. Foi a conseqüência de se haver acelerado o processo de recuperação cambial, exigindo compra de divisas para a formação de reservas cambiais, e também por nos haver a estocagem das safras agrícolas em geral e particularmente as do café, imposto dispêndio superior ao pre-

visto. Mas apesar desses fatores, o ritmo de alta do custo de vida, medido em períodos de doze meses, segundo índices da Guanabara, e referido o mês de abril de cada ano ao mesmo mês do ano anterior, atingiu em 1966 apenas 40%, contra 79% em 1965, 96% em 1964 e 66% em 1963.

Igualmente inverídico é dizer-se que a Nação estagnou. Recebemos, sim, o País não só estagnado, mas em franco retrocesso. O produto e a renda por habitante tinham diminuído de 1,6% em 1963, fenômeno que, no após-guerra, só havia ocorrido em 1956. Em 1964, cujo primeiro trimestre teve a produção grandemente afetada pelas greves industriais e pela agitação social nos campos, nos dias imediatamente anteriores à Revolução, conseguimos sustar essa sinistra tendência de decadência.

Em 1965, a produção e a renda por habitante, segundo dados ainda incompletos, voltaram a crescer, aproximadamente aos níveis previstos no Programa de Ação Econômica e, no corrente ano, o nível de atividade industrial se tem revelado satisfatório, indicando franca retomada do crescimento econômico. Os níveis máximos alcançados, nos últimos meses, pela produção e a venda de bens duráveis de consumo, desmentem a propalada destruição do poder aquisitivo da classe média e dos assalariados, ao mesmo tempo em que é geralmente reconhecida a elevação substancial da renda rural nos últimos dois anos. Desenvolvimento, entretanto, é fenômeno de longo prazo. Mais importante que o comportamento isolado de meses ou anos, é saber se estão sendo lançadas sementes para o futuro; se está renascendo o instinto de poupança; se está restaurado o crédito externo, se o Governo está aumentando seus investimentos mais rapidamente que o custeio; se as instituições estão sendo modernizadas para a tarefa de desenvolvimento; se foi restaurada a disciplina do trabalho; se a iniciativa privada pode trabalhar sem confisco ou intimidação. Sob todos esses ângulos tem sido profícua a tarefa do Governo, empenhado em construir o futuro, sem ceder às acomodações do presente.

Mais recentemente, há quem procure anuviar as relações de estreita colaboração e franco entendimento que devem prevalecer entre o Governo e os empresários privados, promovendo a ressurr-

reição de um pseudo-nacionalismo estéril, que nos levou no passado à estagnação e ao caos econômico. Muitos usaram do nacionalismo como instrumento para resistir à implantação de novas técnicas, para preservar privilégios de mercado, para evitar o embate de concorrência benéfica para o consumidor.

Isso nada tem a ver com o verdadeiro nacionalismo, que busca o fortalecimento do empresário nacional, estendendo-lhe um tratamento fiscal realista e adequado, facilitando-lhe o acesso ao crédito nacional e internacional, ajudando-o na importação da tecnologia e equipamentos necessários à modernização de seu aparelho produtivo.

Em tôdas as negociações com agências financeiras internacionais, tem o Governo acentuado enfaticamente que o fortalecimento do empresário nacional é premissa básica de desenvolvimento. E daí haver obtido que os empréstimos internacionais não se limitassem ao pagamento de bens importados, mas pudessem ser utilizados para compras à indústria nacional. Para compensar as dificuldades do empresário no acesso a crédito especializado, mobilizou recursos internacionais para a criação de fundos especiais como o FINAME, para financiamento a médio prazo, o FINEME para assistência à pequena e média empresa, o FUNDECE para suprimento de capital de giro às empresas que consintam em democratizar seu capital.

Mais recentemente, cõscio de que uma das dificuldades do empresário é a carência dos recursos para estudos de viabilidade e elaboração de projetos técnica e economicamente sadios, o Governo negociou, com o Banco Interamericano e a Agência para o Desenvolvimento Internacional, recursos para a criação do Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos. Recursos fãcilmente ampliãveis, pois a nossa dificuldade de financiamentos não está na falta de crédito externo e sim na concessão de bons projetos e com os quais abrimos nova e dilatada perspectiva e incalculãvel mercado para as empresas nacionais de projetamento e planejamento. Como sói acontecer, recente irrupção de pseudo nacionalismo ameaça deformar a um tempo as intenções e os fatos. As agências financeiras internacionais, por seus próprios estatutos, não podem

aceitar tratamento discriminatório, que proíba a técnicos dos países financiadores participar sequer de concorrências para a prestação de serviços técnicos no país financiado. Isso não significa qualquer garantia ou privilégio. Têm apenas o direito de concorrer, coisa aliás que interessa ao Brasil, pois já exportamos serviços técnicos para vários países, obtendo contratos em competição com empresas de variadas procedências.

Na vasta maioria dos casos, a escolha das empresas que prestarão serviços técnicos — escolha que é feita livremente pelo recipiente dos empréstimos do FINEP — recairá sobre firmas nacionais. Basta dizer que, de dezoito contratos até agora aprovados, 17 beneficiaram empresas nacionais.

Seria, entretanto, absurdo negar ao financiador o direito de fiscalizar a boa utilização dos empréstimos, por agentes de sua confiança. E seria também desserviço aos técnicos brasileiros renunciar aos financiamentos externos para uma instituição como o FINEP — para o qual obtivemos 16 milhões de dólares, a título de empréstimo, e um bilhão de cruzeiros como doação — simplesmente pelo desejo de vedarmos qualquer possibilidade a técnicos de outros países de oferecerem seus serviços, quando é certo que, se em muitos campos não devemos temer concorrência, em outros, onde nossa experiência é incipiente, há vantagem em absorvermos novas técnicas, principalmente através da formação de consórcios de estudos e planejamento, entre empresas nacionais e estrangeiras.

Nenhum país se enriquece, isolando-se da tecnologia externa, ou se empobrece, importando a ciência e a técnica, que contrasta com o que possui, a fim de selecionar e aproveitar o que há de melhor.

Como bem vistes, e certamente sentistes no curso deste conclave, a continuidade do desenvolvimento do Nordeste está fortemente vinculada à prosperidade nacional. E não pode deixar de ser assinalado e exaltado que tão bem o hajam entendido os homens de empresa de outras regiões já desenvolvidas. No ano passado, por iniciativa do ex-Superintendente da SUDENE e atual Ministro João Gonçalves de Souza, tão cheio de imensos serviços ao Nordeste, promovestes em São Paulo o primeiro Sim-

pósio sôbre a iniciativa privada no desenvolvimento do Nordeste. Agora realizastes esta proveitosa reunião, sôbre a qual parece-me oportuno evocar estas palavras do General Edmundo de Macedo Soares: «O Brasil tem que trabalhar duramente para realizar sua integração econômica. A realização do encontro trará não só o estreitamento das classes empresariais brasileiras e sua ligação com eventuais investidores estrangeiros, como também propiciará a todos o conhecimento exato dos investimentos sociais e de infraestrutura realizados ou a realizar pròximamente». E, em seguida, acentuava o ilustre presidente da Confederação Nacional da Indústria ser necessário «acelerar o processo de desenvolvimento no Nordeste, criando aí novos empregos e concorrendo para a correção dos perigosos, porque injustos, desequilíbrios regionais».

Estou certo de que ides concluir os vossos trabalhos ainda mais fortificados nesses ideais de integração nacional. Contudo, justamente pelo importante papel que o Govêrno atribui aos homens da emprêsa privada no desenvolvimento do país e conseqüente consolidação das nossas concepções sôbre as excelências do regime democrático e da respectiva ordem jurídica, desejo aproveitar a oportunidade para uma palavra de estímulo e confiança à classe empresarial do país. Dela, da sua ação e da compreensão com que encare a vida nacional, muito depende podermos prosseguir vitoriosa e tranqüilamente na implantação das idéias preconizadas pela Revolução de 1964. Somos, pois, naturais aliados na luta em que nos empenhamos em favor da paz, do progresso, da prosperidade e do bem-estar dos brasileiros. Acredito que juntos estaremos em condições de alcançar o triunfo almejado.

Agradeço, por último, a oportunidade e a acolhida que me proporcionastes. E o faço com a mesma satisfação de que vos falei inicialmente, pois não tenho dúvida de que esta reunião representará mais uma pedra branca a marcar o caminho da redenção do Nordeste.